CAPÍTULO 3

ANÁLISE COMPARATIVA DAS LEGISLAÇÕES VIGENTES COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Ana Beatriz Matos Rodrigues^{1;2}. E-mail: nabrodriguesz@gmail.com

Andreza da Silva e Silva²; Cleiciane Silva da Conceição².

1;2 – Autora para correspondência

2 – Universidade do Estado do Pará – Engenharia Ambiental_2015_Campus VI –
Paragominas – PA.

DOI: 10.4322/978-85-455202-0-7-03

RESUMO

A análise comparativa das legislações vigentes como instrumento de planejamento e gestão de território no município de Paragominas - PA, a partir de mudanças na estrutura político-econômico advindas da obtenção do título “Município Verde”. O objetivo dessa pesquisa é analisar as legislações ambientais municipais com relação à gestão territorial da cidade e realizar um comparativo com as legislações federais e estaduais, de forma a observar como essas leis se relacionam e influenciam no desenvolvimento socioeconômico e ambiental do município. O método utilizado foi indutivo, com abordagem quantitativa, complementada com levantamento de dados documentais em *sites* eletrônicos especializados: do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG, do qual foi observada a arrecadação anual no município, entre 2006 a 2016. A análise dos dados indicou que a partir da obtenção do título de Município Verde, em 2010, houve um acréscimo na arrecadação fiscal, o que contribuiu para movimentos migratórios para o município ocasionou uma nova moldagem territorial que influenciou as mudanças socioespaciais e socioambientais. Logo, as transformações territoriais são decorrentes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e o Programa Município Verde, sendo a legislação federal, estadual e municipal o mecanismo indispensável para o gerenciamento territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Paragominas. Programa Município Verde. Transformações.

ABSTRACT

The comparative analysis of the legislation in force as an instrument for planning and land management municipality of Paragominas - PA succeeded by changes in the political and economic structure resulting from the title "Municipality Green". The objective of this research is to analyze the municipal environmental legislations with respect to the territorial management of the city and to make a comparative with the federal and state

legislations, in order to observe how these laws relate and influence in the socioeconomic and environmental development of the municipality. The method used was inductive, with a quantitative-qualitative approach, complemented with the collection of documentary data in specialized electronic sites: the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE and the Institute of Development and Management - IDG. Municipality, between 2006 and 2016. Data analysis indicated that from the acquisition of the Green Municipality title, in 2010, an increase in tax collection, which contributed to migratory movements to the municipality, causing a new territorial molding that influenced the socio-spatial and social-environmental changes. Therefore, the territorial transformations are due to the Urban Development Master Plan and the Municipality Green Program, with federal, state and municipal legislation being the indispensable mechanism for territorial management.

KEY WORD: Municipality Green Program. Paragominas. Transformations.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil, art. 225 preconiza que “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Consequentemente, dá efetividade à Lei Estadual do Meio Ambiente n. 5887:1995, art. 1 expõe sobre os princípios básicos: preservar, conservar, proteger, defender o meio ambiente natural e recuperar e melhorar o meio ambiente. Ademais, está presente no art. 1 o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano- PDDU, que dispõe de diretrizes estratégicas para o desenvolvimento urbano, socioeconômico da cidade, o qual orienta os investimentos públicos a partir do uso de uma série de instrumentos dentre eles, o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE e o Plano de Arborização, que tem por finalidade a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental do município.

No entanto, o crescimento desordenado da população trouxe desvantagens ambientais como o desmatamento que provoca os impactos negativos para a manutenção da qualidade de vida dos ecossistemas, desse modo, compromete as Áreas de Preservação Permanente- APP que, segundo a CF, art. 225, inciso III, § 1º, a APP: é considerada espaços territoriais especialmente protegidos (LEUZINGER; VARELLA, 2014). Porém, como forma de sanar os impactos oriundos da expansão populacional, o poder público precisou utilizar ferramentas legislativas, como por exemplo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU, que integra os eixos econômico, social e ambiental.

Assim, o Programa Município Verde - PMV, foi pensado como uma ferramenta de auxílio aos municípios que compunham a lista do Ministério do Meio Ambiente como maiores desmatadores da Amazônia, o PMV tem como objetivo criar um pacto de desenvolvimento sustentável e fortalecer a gestão dos municípios a partir de uma ação do governo municipal em parceria com o governo estadual (BERGAMIN, 2015).

O objetivo dessa pesquisa é analisar quantiquantitativamente as legislações ambientais municipais com relação à gestão territorial da cidade e comparar com as legislações federais e estaduais, de forma a verificar como essas leis se relacionam e influenciaram no desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Paragominas - PA.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A competência legislativa da Constituição Federal, de acordo com artigos 24, 29 e 30: legislar sobre assuntos de interesse local inclusive Plano Diretor e Lei Orgânica. Supletivamente nos temas de competência federal e estadual. São de aptidões da União, Estados e Distrito Federal, as florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição, proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, responsabilidade por dano ao meio ambiente (BRASIL, 1988).

Neste viés, a Constituição Federal art. 225, § 1º, diz que todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, prestações materiais e atuação legislativa, a que concorrem os três entes federativos, no âmbito de suas respectivas competências (LEUZINGER; VARELLA, 2014).

LEI ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

A Política Estadual do Meio Ambiente n. 5887:1995 art. 1: é o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos de ação, medidas e diretrizes fixadas, para o fim de preservar, conservar, proteger, defender o meio ambiente natural e recuperar e melhorar o meio ambiente antrópico, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais, em harmonia com o desenvolvimento econômico-social, visando assegurar a qualidade ambiental propícia à vida (PARÁ, 1995).

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO – PDDU

A Constituição Federal art. 30, inciso VIII, compete ao poder público municipal a execução da política urbana, de modo a ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e de garantir o bem-estar de seus habitantes, sendo o Plano Diretor o instrumento básico de sua implementação (MEURER; VIEIRA 2010). O Estatuto da Cidade - Lei n.10.257:2001 e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano - Lei n.6.766:1979, alterada pela - Lei n.9.785:1999, reforçam o dispositivo constitucional, condicionando a aplicação de praticamente todos os demais instrumentos urbanísticos dispostos no plano diretor.

Ademais, o PDDU é um conjunto de diretrizes e propostas, descritas na forma de lei municipal, com o objetivo de garantir o desenvolvimento socioeconômico, a organização espacial dos diferentes usos e das redes de infraestrutura, para curto, médio e longo prazo, sendo sua implementação de responsabilidade de cada município

(MEURER; VIEIRA 2010). De acordo com o PDDU, a lei orgânica art. 7, o município de Paragominas se constitui como instrumento norteador de processo de planejamento da cidade.

Neste viés, o município de Paragominas estabelece por intermédio da Lei n. 597:2006, art. 2º, o qual instituiu o seu Plano Diretor, uma das diretrizes que estabelece as estratégias para o ordenamento e o desenvolvimento sustentável do município objetivando estimular e disciplinar um efetivo desenvolvimento para que ele não implique em perda de qualidade de vida ou deterioração dos recursos naturais e culturais garantindo, dessa forma, o equilíbrio entre o crescimento demográfico e o econômico. (PARAGOMINAS, 2006).

PLANO DE ARBORIZAÇÃO

A arborização urbana, também chamada de florestas urbanas, inclui os diversos espaços no tecido urbano passíveis de serem trabalhados com o elemento árvore, tais como: arborização de ruas, praça, parque, jardim, canteiro central de ruas e avenidas e margens de corpos d'água (BARCELLOS et al., 2012).

Além do mais o verde urbano possibilita a sustentabilidade da vida humana, é um indicativo da qualidade estética da cidade e reflete a biodiversidade dos ecossistemas urbanos (GONÇALVES; MENEGUETTI, 2014).

A partir desse conceito, a Constituição Federal, art. 30, inciso IX, art. 182 §1º e do Estatuto da Cidade - Lei n. 10.257:2001: cabe ao Município criar, preservar e proteger as áreas verdes da cidade e o sistema de arborização, ambos como parte de sua política de desenvolvimento urbano, logo o plano de arborização é um instrumento complementar ao Plano Diretor do município (AMERICANO et al., 2016).

Desse modo o objetivo é definir as diretrizes de planejamento, implantação e manejo da Arborização Urbana no município consolidando um instrumento participativo de desenvolvimento urbano e qualidade de vida.

O Zoneamento Econômico Ecológico - ZEE é instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, inciso II, art. 9º, Lei n. 6.938:1981, e regulamentado pelo Decreto Federal, n. 4.297:2002, art. 2º: o ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (MENEZES, 2010).

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP

A Constituição Federal, art. 225, inciso III, § 1º, define: áreas de Preservação Permanente -APP espaços territoriais especialmente protegidos. O novo Código Florestal Lei n. 12.651:2012 traz um detalhamento preciso das APP's, além de definir outros

espaços de uso limitado, como previsto nos artigos 2º e 3º do Código Florestal, relaciona tais áreas, independente da cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 1988).

Com base nas Leis Federais n. 6.902:1981, 6.938:1981 e 9985:2000, é instituída a Lei n. 598:2010 a Área de Proteção Ambiental - APA do Rio Uraim:

§ 1º - a APA do Rio Uraim, a qual corresponde a sua microbacia hidrográfica, que compreende desde a nascente, localizada na Fazenda Nascente do Uraim até sua foz no rio Gurupi.

§ 2º - Os limites da APA estarão definidos conforme a Lei Federal n.4.771:1865, reforçando a Resolução CONAMA n.303:2002, que constitui Área de Preservação Permanente, também, áreas situadas: Em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal (PARAGOMINAS, 2010).

O PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES

Criado no ano de 2008 por iniciativa do Fundo Vale (instrumento de ação da empresa Vale nos territórios onde ela atua), o Programa Municípios Verdes - PMV foi transformado em projeto do governo do estado do Pará em 2011. O objetivo era criar um “pacto de desenvolvimento sustentável”, entre os municípios que compunham a lista do Ministério do Meio Ambiente, como os maiores desmatadores da Amazônia ao longo do ciclo de exploração madeireira e do desmatamento, onde o município de Paragominas se enquadrava na lista (COSTA; FLEURY, 2015).

Nesse contexto, o Governo do Estado do Pará promulgou o Decreto n. 54:2011 art. 1º: institui o Programa de Municípios Verdes - PMV destinado a dinamizar a economia local em bases sustentáveis por meio de estímulos para que os municípios paraenses melhorem a governança pública municipal, promovam segurança jurídica, atraiam novos investimentos, reduzam desmatamento e degradação, e promovam a recuperação ambiental e a conservação dos recursos naturais (PARÁ, 2011).

A primeira atividade da implantação propriamente dita do projeto, foi um extenso trabalho de diagnóstico, pois, se fez necessário conhecer o tamanho exato do problema antes de decidir combatê-lo (ALVES et al., 2015), nesse sentido, o município de Paragominas, foi o primeiro a sair da “Lista dos municípios amazônicos prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal” (CARNEIRO; ASSIS, 2015).

Como resultado dessas ações, em dois anos do Projeto Município Verde, Paragominas tornou-se o município que menos desmata na Amazônia, com uma redução, nesse período, superior a 90%, equivalente a 38 km² de desmate. E, para compensar o prejuízo do passado, o município já plantou mais de 50 milhões de árvores em reflorestamento, o que contribuiu para gerar a maior área de floresta certificada com Selo

Verde da Amazônia no Pará. O pioneirismo com o Cadastro Ambiental Rural - CAR, por sua vez, atingiu 92% das propriedades rurais da região (PARAGOMINAS, 2014).

CRESCIMENTO DESORDENADO

O acelerado crescimento populacional sem o planejamento tem como consequência alguns problemas de ordem ambiental e social. O inchaço das cidades, provocado pelo acúmulo de pessoas e a falta de uma infraestrutura adequada, geram transtornos para a população urbana. Ocorrem principalmente em cidades em desenvolvimento, em razão da rapidez do processo de urbanização e da falta de infraestrutura (VIEIRA FILHO et al., 2015). A Constituição Federal de 1988 preconiza o art. 225, a preservação do direito que todos possuem a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, cabendo tanto ao Estado quanto a toda a coletividade o dever de atuar em função da defesa e da preservação do meio ambiente para as gerações futuras (PANTOJA, 2016).

METODOLOGIA

O método aplicado foi o indutivo uma vez que ele é um processo mental, a partir do qual infere-se uma verdade geral ou universal, nesse caso será o desenvolvimento de Paragominas pautado em parâmetros legislativos. Para isso parte-se de fatos particulares como a saída do referido município da lista do Ministério do Meio Ambiente, as mudanças sociais, ambientais e econômicas que ocorreram a partir disso, e como as legislações contribuíram para o processo de gerenciamento territorial. Logo, o objetivo da inferência indutiva é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que as premissas nas quais foram baseadas (GIL, 2008).

Quanto à finalidade da pesquisa fundamental, quanto a natureza, é observativa, com abordagem quantitativa e qualitativa, com objetivo exploratório, procedimento técnico bibliográfico e cujo recorte temporal foi de 2009 a 2018, e finalmente, quanto ao desenvolvimento do tempo, é transversal (FONTELLES, 2009).

A técnica aplicada para a obtenção de dados foi o levantamento de dados documentais em *sites* de livre acesso (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e Receita Federal) e acervos literários como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e *Scientific Electronic Library Online* - SciELO. Os descritores foram: (1) análise comparativa das leis ambientais municipais de Paragominas - PA, com a legislação estadual e federal; (2) Arrecadação anual do município no período de 2006 a 2016; (3) as transformações econômicas sociais, ambientais e socioespacial com o planejamento e gestão do território. Os gráficos foram plotados com auxílio do *Software* 2010.

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo é o município de Paragominas (Figura 1) localizado às margens da BR 010 (Belém-Brasília), que integra a mesorregião sudeste do estado do Pará, e possui área de 19.330 quilômetros quadrados (ANDRADE, 2011). O clima do município é do tipo quente e úmido com temperatura média anual de 26 °C e umidade relativa do ar, média igual a 81%. O período mais chuvoso é compreendido entre dezembro e maio

e outro mais seco entre junho e novembro. Possui população estimada de 110.026 habitantes (IBGE, 2017).

Figura 1 – Cartografia da localização geográfica do município de Paragominas – PA

Fonte: Autores (2018).

Em relação ao relevo do município de Paragominas, apresenta-se com altitudes predominantes de 100 a 150 metros e o restante com variações topográficas de 50 a 100 metros. Em áreas próximas às margens do rio Capim a altitude é menor que 50 metros. No ano de 2008, Paragominas apresentava apenas 55% da sua área coberta por florestas em diversos estágios de conservação (floresta densa submontana, floresta densa de terra baixa e floresta densa aluvial). Subsequentemente a isso, 45% (874 mil há) área vegetal haviam sido desmatados ou estavam em agravado processo de devastação (PINTO, 2009).

DISCUSSÕES

QUANTO AOS ASPECTOS QUE INFLUENCIARAM NO PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PARAGOMINA

SOCIOECONÔMICO

Quanto ao aspecto socioeconômico, a análise dos dados indicou que houve a atração de empresas para o município refletindo no aumento da arrecadação fiscal desde a obtenção do título município verde (Figura 2).

Figura 2 – Arrecadação da Receita Administrativa de Paragominas – PA.

Fonte: autores (2018).

Quanto ao ano de 2008, foi obtido uma renda municipal de R\$ 18.970.921,23 arrecadação correspondente ao período de operações do poder público contra os centros que atuavam na exploração ilegal de madeira, que impulsionou transformações tanto no quadro do desmatamento quanto nas atividades econômicas. A operação “Arco de fogo”, que uniu órgãos federais, estaduais e municipais, como Polícia Federal, IBAMA, dentre outros, para o combate ao desmatamento ilegal na floresta amazônica, mais especificamente no município. A inserção dessas operações.

Com relação ao ano de 2010, a arrecadação apresentou um acréscimo de R\$ 14.623.405,5 em relação ao ano de 2006. Esse acréscimo foi decorrente da atração de novos empreendimentos a partir da implantação do projeto “Paragominas: Município Verde”. A entrada da produção de celulose, do abastecimento da indústria madeireira e à produção de celulose, atrelado à silvicultura no município provocou um crescimento econômico linear, porém no ano de 2016 houve um decréscimo de R\$ 19.131.767,46 em relação a 2015 no qual se registrou o maior de tributos arrecadados.

Esse aumento contribui para uma nova moldagem do território municipal, já que a diversificação das atividades econômicas possibilita a atração de mão-de-obra e consequentemente desencadeia movimentos migratórios para o município. Ademais, o PDDU dentre suas diretrizes gerais, incentiva o setor primário, a agricultura e a pecuária, dando condições ao agricultor de explorar, de forma racional e lucrativa a propriedade rural. No entanto, a Política Estadual do Meio Ambiente, cita que para promover e alcançar o desenvolvimento socioeconômico é necessário compatibilizar esse aspecto à conservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, critério também disposto pela Constituição Federal do meio ambiente, no art. 225.

SOCIOESPACIAL

Quanto as mudanças socioespaciais, no ano de 2010 além do início de um crescimento linear de arrecadação municipal, também houve ações empregadas com o intuito de assegurar as medidas adotadas pelo título verde. Uma das ações desenvolvidas foi a “Árvore em todo canto essa ideia eu planto” em 2011 a 2012, esse projeto foi desencadeado nas escolas, procedeu-se as seguintes ações: I) em 2011 distribuiu mais de

10 mil mudas de espécies arbóreas, como ipê-roxo (*Handroanthus impetiginosa* Mart. ex DC), para os alunos de ensino fundamental da zona urbana plantarem e cuidarem; (II) Em 2012, o projeto foi dividido em dois momentos.

As adoções dessas medidas fomentaram o engajamento da população em ações socioambientais desenvolvidos em Paragominas e isso colaborou para o sucesso do conceito município verde. Em um estudo de revisão bibliográfica efetuado por Siqueira (2008), esse autor concluiu que a participação popular cria um ambiente favorável para que hábitos prejudiciais ao ambiente sejam repensados e substituídos por comportamentos mais benéficos.

O esforço coletivo resultou na melhoria de indicadores sociais como melhorias na educação e na saúde, além de concatenar com os objetivos do PDDU, da legislação estadual e Federal. Quanto as legislações municipais ambientais, estaduais e federais dispostas no quadro anterior, todas inserem-se no contexto das transformações socioespacial que ocorreram no município, sendo que, essas mudanças no ambiente citadino só ocorreram porquê houve uma mobilização na estrutura organizacional, com o intuito de proporcionar continuidade ao contexto socioambiental desenvolvido em Paragominas, a partir do PMV

O primeiro período analisado (Figura 3A), condiz a década de 70, época que a área possuía apenas um formato hexagonal, com intuito que todas as ruas viessem de encontro ao centro, porém, nesse período não havia quantidade expressiva de arborização apenas uma caixa d'água no centro para abastecimento público. No período seguinte, que corresponde a década de 90 (Figura 3B), no qual o adensamento do paisagismo permanecia em um ritmo lento, porem transpassava um modelo de praça, com poucas espécies arbóreas de cunho paisagística.

Figura 3 – A) Praça Célio Miranda - 1970; B) Praça Célio Miranda – 1990. Paragominas – PA.

Fonte: TV Paragominas (2018)

No entanto, em 2000, devido ao baixo índice de vegetação (Figura 4A) até então predominante, foram inseridas mais árvores paisagísticas e estabelecimentos, influenciou nas modificações citadinas positivas, atraindo a atenção das pessoas, fato que contribuiu para torna-lo um ponto turístico. Em 2008 a praça foi reinaugurada com maior número de arborização (Figura 4B) que além de melhorar o aspecto visual trouxe uma sensação de conforto térmico para a população, sendo que o intuito do uso da vegetação nas praças tem como ponto focal amenizar os efeitos de urbanização intensa dos centros urbanos e fazer a natureza domesticada para junto da comunidade.

Figura 4 – a) Praça Célio Miranda – 2000; b) Praça Célio Miranda – 2008. Paragominas – PA.

Fonte: Emissora TV Paragominas (2018)

A partir de 2008 o município procurou atender as necessidades PDDU, e das demais legislações, devido a sua inclusão na lista dos que mais desmatavam a Amazônia. Isso fez com que o município atrelasse o seu crescimento urbano à conservação do meio ambiente e revitalização de algumas áreas para manter a qualidade de vida da população (Figura 5A), para isso fez-se um dos instrumentos da lei n.597, o plano de arborização. Esse fato pode ser observado na criação do projeto *Green Lake*, em 2010, ou também conhecido como “Lago Verde”, localizado na PA 125, foi revitalizado em 2012 e onde antes era apenas um córrego poluído, atualmente é um dos pontos turísticos de Paragominas. (Figura 5B).

Figura 5 – Área do atual Lago Verde; A) Antes do projeto; b) Após o projeto. Paragominas – PA.

Fonte: TV Paragominas (2018).

SOCIOAMBIENTAIS

Quanto ao desflorestamento, a análise dos dados indicaram que a redução mais evidente ocorreu a partir de 2012 (Figura 6).

Figura 6 – Taxa de desflorestamento no município de Paragominas – PA (2006-2016).

Fonte: autores (2018).

A partir dos dados de 2006 verificou-se uma área de desmatamento de 95,5 Km², o que corresponde a 0,47 Km² do município de Paragominas – PA. Nesse período a economia do município baseava-se em atividades extrativistas com a utilização desenfreada dos recursos florestais. No período de transição que corresponde à saída da lista dos que mais desmatavam até a implantação do Programa Município Verde, foi quantificado um total de área desmatadas de 123,3 Km², sendo que no intervalo temporal entre os períodos de transição, o ano de 2009 apresentou acréscimo na taxa de supressão que equivaleu à 0,63 Km² do território Paragominense.

Essa mudança no cenário ambiental, decorrente da intitulação de “Município Verde”, contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas acerca do mapeamento da cobertura vegetal de Paragominas, de forma a auxiliar a ação da prefeitura no combate ao desmatamento (Bergamin 2015). De forma, que a regularização fundiária passou a contar com mais dados para suporte e houve ordenamento econômico das atividades agropecuárias. Com relação a esses programas e projetos de eficiência, têm-se como exemplo, as metas de cunho ambiental estipulados pelo PMV à Paragominas: a) Cadastro Ambiental Rural – CAR; b) Pacto pelo Desmatamento Zero.

Quanto aos incisos XXXI, XXXIII, XXXV, referentes ao PDDU, suas abordagens preconizam a conversação e preservação da fauna e flora do município, em consequência dos altos índices de degradação verificada antes do título de município verde. Por isso, a importância de possuir uma APP para “elementos constitutivos: Rio Uraim, Capim, Igarapé Paragominas e seus efluentes” que regulamente o uso e ocupação do solo às margens de rios, o que contribui para a manutenção da qualidade dos ecossistemas, bem como o Novo Código florestal, que compensa produtores por medidas de conservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ocorreram transformações territoriais com o intuito de conciliar o desenvolvimento do município à conservação do meio ambiente, dada necessidade de se adequar aos critérios dispostos, a princípio, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e posteriormente pelo Programa Município Verde. Portanto, a legislação ambiental municipal é o reflexo da legislação federal e estadual do meio ambiente, de modo que quando articuladas norteiam a relação homem-natureza e contribuem para o gerenciamento territorial.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. L et al. Paragominas se torna exemplo de sustentabilidade combatendo o desmatamento na Amazônia. **Periódico Eletrônico XI Fórum Ambiental da Alta Paulista**. São Paulo, v. 11, n. 7, pp. 21-35, 2105.

AMERICANO. A. T. et al. **Plano Municipal Integrado de Arborização Urbana De Timóteo – Mg**. Prefeitura Municipal De Timóteo. Minas Gerais- MG, 2016. Disponível em: <https://www.altoalegre.sp.gov.br/arquivos/36_plano_de_arborizacao.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

ANDRADE, F. S. Variabilidade da precipitação pluviométrica de um município do estado do Pará. **Engenharia Ambiental**. Espírito Santo do Pinhal, v. 8, p. 138-145, out. /dez. 2011.

ASSIS, W. S. O Controle do Desmatamento na Amazônia como um Processo De Modernização Ecológica: a experiência do Projeto Município Verde. **Revista Repocs**. São Luís, v.12, n.24, jul. /dez. 2015.

BARCELLOS, A. et al. **Manual para elaboração do plano municipal de arborização urbana**. Comitê de Trabalho Interinstitucional para Análise dos Planos Municipais de Arborização Urbana no Estado do Paraná. Paraná, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2092/A-Constituicao-Federal-e-o-meio-ambiente>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

_____. **Lei nº 10.25/2001**, de 10 de julho de 2001 estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1025lhtm>. Acesso em: 17 de mar. 2018.

_____. **Lei nº 6.766/1979**, de 19 de dezembro de 1979 dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da República, Brasília, DF. 19 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/htm>. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. **Lei nº 9.785/1999**, de 29 de janeiro de 1999 altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Diário Oficial da União, Brasília, DF. 29 de junho de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9785/htm>. Acesso em: 17 de mar. 2018.

COSTA. J. M.; FLEURY. M. F. O Programa “Municípios Verdes”: estratégias de revalorização do espaço em municípios paraenses. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 61-76, abr. /jun. 2015.

FILHO, D. S.V. et al, Infraestrutura Urbana: Infraestrutura e o Crescimento Populacional no Brasil. **Cadernos de Graduação - Ciências Exatas e Tecnológicas**. Sergipe, v. 1, n.16, p. 19-25, mar. 2013.

FONTELLES, M. J. M et al. **Metodologia da Pesquisa Científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa**. 2009. Disponível em: <https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf>. Acesso em 18 mar. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A.; MENEGUETTI, K. S. Projeto de arborização como patrimônio da cidade. Ambiente Construído. **Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**. Porto Alegre- RS, v. 15, n. 1, p. 99-118, jan. /mar. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Paragominas. **Informações estatísticas**. 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php>>

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2017. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150550>>. Acesso em: 16 18 mar. 2018.

IDG. Instituto de Desenvolvimento e Gestão. Receita Federal: **Arrecadação das receitas administradas pela RFB por município**. 2015. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/arrecadacao-das-receitas-administradas-pela-rfb-por-municipio>>. Acesso em: 19 set. 2017.

LEUZINGER. M. D; VARELLA. M O Meio Ambiente na Constituição Federal e na Legislação Infraconstitucional: Avanços Ou Retrocessos (1988 A 2014). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v. 34.2, p, 299-314, jul. /dez. 2014.

MENEZES, C. F.; GALVÃO, I. M. F.; MONTEIRO. M. A. **Diagnóstico Socioeconômico**. 3 v. Belém: Governo do Estado do Pará Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010.

MEURER, F.; VIEIRA. G. F. Plano Diretor para municípios de Pequeno Porte: a experiência do plano diretor regional participativo da AMAVI. **Anais...** Seminário Política e Planejamento. Curitiba-PR, fev. 2010.

PANTOJA, C. R. **O Ocupação Desordenada**. 2016. Disponível em: <<http://sociologialegal.com.br/ocupação-desordenada/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PARÁ (Estado). **Lei estadual nº 5887** 09 de maio de 1995 dispõe: sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/1995/05/09/9741>>. Acesso em: 18 de março de 2018.

PARÁ. (Estado). **Decreto nº 54, de 29 de março de 2011**. Institui o Programa de Municípios Verdes- PMV no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do estado do Pará em 30.03.11, alterado pelos Decretos 308/11, 1.053/14. Disponível em: < <http://www.municipiosverdes.pa.gov.br/files>>. Acesso em: 18 mar.2018.

PARAGOMINAS (município). **Lei 598 de 26 de outubro de 2006**. Regulamenta o uso e ocupação do solo às suas margens e o exercício de atividades pelo poder público e privado. Paragominas, PG, 26 de outubro de 2006. Disponível em: <<https://slidex.tips/download/a-camara-municipal-de-paragominas-aprovou-e-eu-sanciono-e-promulgo-a-seguite-le>>. Acesso em: 19 mar.2018.

_____. Lei n. 843, de 13 dezembro de 2014 **dispõe sobre o plano plurianual de Paragominas para o período de 2014-2017 e dá outras providências**. Publicado na Câmara Municipal de Paragominas em PA 13.12.2013. Disponível em:<<https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro31172/documento>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

_____. Lei n. 597/2006, de 4 de outubro de 2006 **institui o plano diretor de desenvolvimento urbano do município de Paragominas e dá outras providências**. Publicado na Câmara Municipal de Paragominas em 04.10.2006. Disponível em: <<https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro31172/documento>>. Acesso em: 18 mar.2018.

PINTO, A. et al. **Diagnóstico socioeconômico e florestal do município de Paragominas**. Belém: Imazon, 2009.